

Diretores do Sindipetro/MG integram a direção da FUP, eleita no 20º Confup



A delegação de petroleiras e petroleiros de Minas participou ativamente do 20º Confup, encerrado em 24 de julho, em Salvador. O Confup deliberou propostas sobre o fortalecimento do Sistema Petrobrás, o futuro do trabalho petroleiro, a soberania nacional e os desafios da categoria diante das transformações do setor energético.

Em eleição com chapa única, a petroleira Cibele Vieira foi eleita coordenadora-geral da FUP, sendo a primeira vez que uma mulher ocupa o cargo desde a fundação da entidade há 32 anos. Os diretores do Sindipetro/MG Alisson Cerqueira (Gigante) e Guilherme Alves integram a nova diretoria e Conselho Fiscal da FUP para o triênio (2026/2029).

As propostas aprovadas

no Congresso Estadual de Minas foram levadas para discussão em Grupos de Trabalho que aprofundaram a Pauta Brasil Soberano. A Pauta já vem sendo discutida com a empresa no Fórum conquistado na última campanha reivindicatória. O documento aprovado guiará as lutas e campanhas da categoria no próximo período e será entregue à gestão do Sistema Petrobrás e ao presidente Lula.

Entre as principais deliberações do Confup estão a campanha “Reestatiza, Brasil” de engajamento pela reestatização das unidades estratégicas que foram privatizadas nos governos Temer e Bolsonaro, como as refinarias e a distribuição; fortalecimento do setor de fertilizantes e biodiesel, com a incorporação das subsi-

diárias; que a estatal lidere a transição energética justa e soberana; que o Estado brasileiro, por meio da Petrobrás, garanta a exploração soberana e sustentável das novas fronteiras petrolíferas, com foco no desenvolvimento socioeconômico das regiões e o compromisso de que as riquezas geradas sejam utilizadas em políticas públicas que erradiquem a pobreza energética e beneficiem as comunidades locais. As deliberações também incluem ações em defesa da Petros e da AMS.

“Nos debates, reforçamos a importância de temas que afetam o refino, a Pbio, as Termelétricas, a Transpetro e questões relativas aos prestadores de serviço entre outros”, enfatiza a coordenadora-geral do Sindipetro/MG, Carmen

Lúcia Rodrigues.

Na plenária final foi aprovado um conjunto de teses e moções, incluindo as aprovadas no Congresso Estadual do Sindipetro/MG como as moções de repúdio ao descumprimento dos compromissos firmados no Acordo Coletivo de Trabalho 2025/27 e da forma violenta como foram tratados os trabalhadores da construção civil durante movimento de greve na REPLAN, além da moção de apoio ao povo Venezuelano.

“Queremos a Petrobrás trabalhando para o povo Brasileiro e para o desenvolvimento no nosso país”, opina Carmen Lúcia, destacando a importância do engajamento de todas e todos nas lutas coletivas da categoria petroleira que estão por vir.

Reestatiza, Brasil: campanha ressalta a soberania energética

Ter combustíveis com preços justos passa pela reestatização das refinarias e distribuidoras que foram vendidas nos governos Temer e Bolsonaro

O preço dos combustíveis, da energia, do gás de cozinha e o custo de vida no país impactam a vida de milhões de brasileiros. Portanto, esse tema precisa estar em evidência no cotidiano e a população ciente sobre como as privatizações de setores estratégicos do país afetam a economia, o desenvolvimento nacional e o próprio bolso. Com o objetivo de engajar a classe trabalhadora nas lutas pela soberania nacional energética, a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e parceiros lançaram, em junho, a Campanha Reestatiza, Brasil (@reestatizabrasil).

Trata-se de uma campanha pela retomada do controle estatal sobre a segurança energética até o abastecimento da população, desde a produção de petróleo, passando pelo refino, pela distribuição até a revenda. Ter combustíveis com preços justos passa pela reestatização das refinarias e distribuidoras da Petrobrás que foram vendidas nos governos anteriores.

Segundo o INEEP, a pri-

vatização de mais de 260 ativos da Petrobrás durante as gestões Temer e Bolsonaro, destacando-se a venda da BR Distribuidora, Liquigás, Gaspetro, refinarias e infraestrutura de transporte e escoamento de gás e derivados, reduziu sua integração operacional e sua presença em segmentos estratégicos da cadeia de abastecimento e esse processo reduziu a capacidade da empresa de coordenar o suprimento interno de derivados, afetando o controle dos preços e ampliando riscos de dependência externa de combustíveis e vulnerabilidade diante de crises externas.

“Imagine se tivessem conseguido privatizar tudo, como era o desejo deles? Imagina o quanto a população brasileira estaria pagando no combustível, no diesel, na gasolina, no gás de cozinha, no momento em que estouraram as guerras?”, alertou a coordenadora-geral da FUP, Cibele Vieira, durante ato recente na Rlam (refinaria na Bahia privatizada).

Dívida será desafio para quem governar Minas



Quem assumir o Governo de Minas Gerais a partir de 2027 terá pela frente um enorme desafio fiscal. Segundo dados da Secretaria de Estado de Fazenda, a dívida consolidada do Estado ultrapassou R\$ 201 bilhões no fim de 2025, dos quais cerca de R\$ 177 bilhões correspondem ao débito com a União.

De acordo com reportagem do Jornal Brasil de Fato MG, a dívida do Estado quase dobrou desde o início da gestão de Romeu Zema (Novo), passando de cerca de R\$ 113 bilhões, em 2019, para mais de R\$ 200 bilhões. Especialistas apontam que a suspensão do pagamento das parcelas da dívida com a União evitou desembolsos imediatos, mas não interrompeu a atualização dos valores, fazendo com que o passivo continuasse crescendo.

O economista Wesley Cantelmo questiona a política de incentivos fiscais adotada pelo governo estadual.

Segundo a matéria, Minas concedeu R\$ 19,4 bilhões em renúncias fiscais somente em 2025, beneficiando grandes empresas, entre elas a Eletrozema, pertencente à família do ex-governador Romeu Zema.

Na avaliação do economista, a política econômica adotada pelo governo estadual também não tem conseguido transformar a estrutura produtiva de Minas Gerais. Pelo contrário, ela tem contribuído para um processo de redução da complexidade industrial do Estado.

Diante desse cenário, o principal desafio do próximo governador ou governadora será recuperar a capacidade financeira de Minas Gerais sem ampliar o endividamento e, ao mesmo tempo, garantir investimentos em áreas essenciais, como saúde, educação, segurança pública, infraestrutura e desenvolvimento econômico, que acumulam demandas históricas.